Futuro
Grupo Montepio

RELATO FINANCEIRO 2022

FUNDOPOUPANÇAREFORMA PPR BiG CONSERVADOR

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 3

Sumário Executivo 4

Síntese Económica e Mercados 5

O Fundo de Pensões 10

Política de Investimento 12

Estratégia e Atuação 14

Composição da Carteira 15

Riscos Materiais 16

Sustentabilidade 18

Factos Relevantes Após Termo do Exercício 19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 20

Posição Financeira 21

Demonstração de Resultados 22

Demonstração dos Fluxos de Caixa 23

Notas às Demonstrações Financeiras 24

Gestão de Risco 29

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 38

RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

No início de 2022, com a pandemia Covid-19 sob controlo, o ano prometia ser positivo para a economia e para os mercados, embora existindo alguns sinais de alarme sobretudo relacionados com os dados da inflação registados na parte final de 2021, nomeadamente devido à subida dos preços da energia.

Corridos pouco mais de mês e meio, a 24 de fevereiro, tudo se agravou quando a Rússia invadiu a Ucrânia, com a incerteza gerada pelo conflito na Europa a colocar ainda mais pressão sobre os preços da energia. A subida da inflação foi contagiando outros setores da economia e de um fenómeno inicialmente tido como "transitório" passou-se para uma escalada nos preços a um ritmo que não era visto nas últimas décadas.

Confrontados com as elevadas taxas de inflação, os bancos centrais começaram a intervir, embora a ritmos diferentes, nomeadamente entre os dois lados do Atlântico, para tentar controlar a escalada nos preços. As sucessivas subidas nas taxas de juro de referência começaram a refletir-se nas bolsas, resultado da linha agressiva seguida pela Reserva Federal (*Fed*) dos EUA, que seria, mais tarde, acompanhada pelo Banco Central Europeu (BCE), também com sucessivas subidas nas taxas de juro.

Neste contexto extremamente adverso, a **orientação estratégica** definida, em termos globais, teve por base um **posicionamento defensivo face ao risco de taxa de juro**, no **segmento de dívida**, enquanto no **segmento acionista** se procurou obter retorno, essencialmente através da seleção de ativos, procurando maior investimento em empresas ***Value***, mais resilientes e com resultados menos sujeitos aos efeitos da inflação. Ainda assim, o resultado desta estratégia veio a ser fortemente condicionado pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, associada a um acentuado aumento da inflação, com especial impacto nos mercados acionistas e, consequentemente, na valorização das carteiras, mas cujas perdas foram atenuadas por efeito da estratégia defensiva face ao risco de taxa de juro, com a obtenção de *performances* relativas positivas nas classes do segmento de dívida.

As condições de mercado e a atuação da Futuro ao longo do ano permitiram que o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** encerrasse o ano com uma rendibilidade de **-4,30%**[1] e com a carteira de ativos a totalizar o montante de **2.630.328,44**€.

O ano **2023** prevê-se rodeado de muitas **incertezas**, com a expetativa de um **crescimento económico negativo**, que poderá ser mesmo de **recessão** em alguns países ou blocos económicos. A **inflação** deverá continuar em níveis elevados, embora com uma **inversão na tendência de subida**, prevendo-se descidas já em 2023, mas com riscos associados. Espera-se um **retorno positivo global dos mercados financeiros** em 2023, com **performances moderadas** e uma **volatilidade alta.**

[1] *Rendibilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, para cotação no início do período foi considerada a UP do final do ano 2021, isto é, a UP valorizada com as cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2021 e juros decorridos contados até 2 de janeiro de 2022 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP considerada para o final de 2022 foi a UP valorizada com cotações dos ativos de 30 de dezembro de 2022 e juros decorridos contados até 1 de janeiro de 2023 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).*

SÍNTESE ECONÓMICA E MERCADOS

EVOLUÇÃO ECONÓMICA

ECONOMIA MUNDIAL

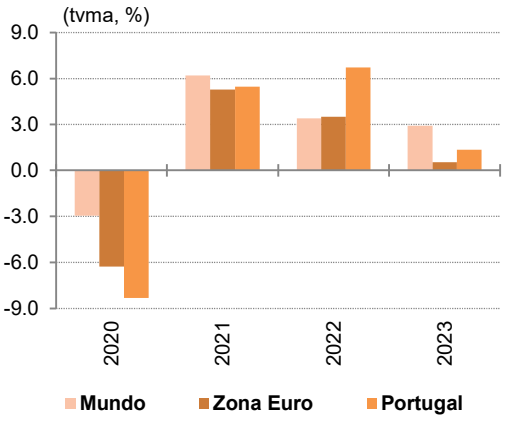
Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 31 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global (em paridade do poder de compra) de 2,9% para 2023, mais 0,2 p.p. do que o projetado em outubro, embora representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

O FMI prevê igualmente que a economia global volte a acelerar em 2024 (+3,1%), mas devendo permanecer a crescer abaixo da média anual de 3,8% no período 2000/2019. Segundo o FMI, há dois importantes fatores a pesar na economia global: a resposta ao aumento da inflação e a guerra na Ucrânia. Apesar disso, considera que as perspetivas são menos sombrias do que no início do ano, quer em relação ao crescimento económico, quer sobre a inflação, cuja média global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024 (embora ainda acima do valor médio pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de 3,5%).

Relativamente à política monetária, o FMI assinala que esta tem estado a contribuir para a descida da inflação, apesar da inflação core – que exclui preços de energia e de alimentação – ainda não ter atingido o seu pico em muitos países.

O FMI identifica também os efeitos favoráveis da reabertura da economia chinesa, após a política de "Covid-zero" adotada nesse país, referindo que a repentina abertura da China cria as condições para uma recuperação rápida da atividade. Também as condições financeiras internacionais melhoraram por causa de uma menor pressão da inflação, enquanto a desvalorização do dólar nos últimos meses, desde o seu pico em novembro, permite uma ligeira recuperação nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: *Thomson Reuters*, Montepio (GEEF) e FMI.

ECONOMIA DA ZONA EURO

A atividade económica na região arrancou no ano de 2022 a exibir um crescimento em cadeia de 0,6% no 1.º trimestre, tendo acelerado, inesperadamente, no 2.º trimestre, para um crescimento de 0,9%, não obstante o impacto do conflito militar na Ucrânia, e tendo continuado a crescer ao longo da segunda metade do ano, ainda que em abrandamento (+0,3% e +0,1% nos 3.º e 4.º trimestres). Depois do crescimento médio anual da Zona Euro de 5,3% em 2021, que sucedeu à forte contração de 6,3% em 2020, a economia da região conseguiu expandir-se 3,5% em 2022, superando as expectativas da generalidade das entidades internacionais e com o melhor final de 2022 a implicar também uma revisão em alta das perspetivas para 2023.

Consequentemente, o FMI reviu em alta, no final de janeiro, a sua anterior previsão de crescimento do PIB da Zona Euro (divulgada em outubro de 2022), de 0,5% para 0,7%, de igual forma, também a Comissão Europeia, em meados de fevereiro, reviu em alta dos 0,3% previstos em novembro de 2022 para 0,9%, superando as

projeções da generalidade das restantes entidades (em novembro, a OCDE previu +0,5%, ao passo que o Banco Central Europeu (BCE) previu +0,5% em dezembro).

Ao longo do ano de 2022, assistiu-se a uma subida galopante da inflação – a taxa de crescimento homólogo do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) passou de 5,0% em dezembro de 2021, para 9,2% em dezembro de 2022, tendo atingido em outubro um pico de 10,6%, que representou máximos desde setembro de 1982 (+10,7%) –, que refletiu, em grande medida, a evolução dos preços da energia (problema que já se verificava e que foi exacerbado com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia), tendo, posteriormente, começado a alastrar-se aos demais bens e serviços.

Face a esse contexto de elevada inflação, o BCE deu início ao processo de retirada gradual dos estímulos monetários, com o primeiro momento a ocorrer em março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme – PEPP*), e um segundo momento a ocorrer no final de junho, com o término das aquisições líquidas de ativos ao abrigo do seu programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP), tendo depois, ao longo da segunda metade do ano, iniciado o ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras, com subidas nas reuniões de julho (de 50 pb), de setembro e outubro (ambas de 75 pb) e de dezembro (de 50 pb).

Tratou-se do mais agressivo ciclo de subida de taxas de juro do BCE, com as taxas de referência a aumentarem 250 pb em cinco meses, quando em ciclos anteriores esses aumentos, no mesmo prazo, foram entre 50 pb e 100 pb. Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano de 2022 nos 3,00% e a taxa de depósitos nos 2,50%., tendo o BCE prosseguido este ciclo de subidas já em 2023 (em fevereiro subiu 50 pb).

ECONOMIA PORTUGUESA

O PIB português iniciou o ano de 2022 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 2,4% no 1.º trimestre, a acelerar bastante face ao trimestre anterior (+1,9%) e a superar os anteriores máximos históricos registados no 4.º trimestre de 2019, ultrapassando, assim, os níveis pré-pandemia.

Após um abrandamento no 2.º trimestre de 2022, com uma subida de apenas 0,1% (em parte resultante da correção técnica dos problemas estatísticos de medição da atividade que se terão observado no 1.º trimestre), o PIB voltou a acelerar na 2.ª metade do ano, acabando por superar as expectativas da generalidade das entidades (+0,4% e +0,2% nos 3.º e 4.º trimestres).

Em termos anuais, o PIB registou, assim, um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987, depois da expansão de 5,5% em 2021 e da diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica, tendo fechado 2022 cerca de 3,2% acima do PIB em 2019.

Para 2023, é esperado um marcado abrandamento do crescimento, com o Governo a assumir no Orçamento de Estado para 2023 (OE 2023), publicado em outubro de 2022, um crescimento de 1,3%, abaixo dos 1,5% previstos posteriormente (em dezembro de 2022) pelo Banco de Portugal (BdP), mas acima das previsões das principais entidades internacionais (a OCDE previu +1,0% em novembro e a Comissão Europeia +0,7%, ao passo que o FMI projetou, ainda em outubro, também +0,7%).

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, assistiu-se a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, a qual passou de 2,8% em dezembro de 2021, para 9,8% em dezembro de 2022, tendo em outubro atingido 10,6%, um máximo desde o início da série

histórica, em janeiro de 1996, com a inflação média anual a ascender a 8,1% para 2022 (+0,9% em 2021). Tal como se observou na Zona Euro, as pressões inflacionistas consolidaram-se ao longo do ano, alastrando-se dos preços da energia e dos alimentos para a generalidade das classes de bens e serviços.

MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2022 ficou indiscutivelmente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia (a 24 de fevereiro), que provocou a aplicação de sanções económicas à Rússia por parte do Ocidente e uma escalada dos preços das *commodities*, que implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, embora em diferentes intensidades. Este contexto provocou, logo no início do ano, a interrupção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados que tinha sido iniciada em meados de 2020, levando a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas.

A condicionar também o sentimento do mercado esteve a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19 (e que provocaram novas medidas restritivas em algumas economias, nomeadamente na China, com a adoção da política de "Covid zero", que condicionaram, significativamente, a atividade económica no país, sobretudo no 2.º e 4.º trimestres), a intensificação das pressões inflacionistas (muito agravadas com o espoletar da guerra na Ucrânia e que só mais perto do final do ano começaram a dar sinais de alívio, embora permanecendo muito elevadas) e a consequente resposta por parte dos principais bancos centrais, no sentido de colocarem as suas políticas monetárias mais restritivas.

De realçar também a continuação das preocupações relativamente ao anterior ritmo de subida das ações, reforçadas com o aumento das *yields* da dívida soberana, sobretudo ao nível das empresas mais endividadas e mais expostas ao ciclo económico, bem como com os dados económicos divulgados ao longo do ano de 2022, que continuaram, de um modo geral, a evidenciar um abrandamento da atividade nas principais economias, designadamente após o início do conflito.

O ano de 2022 ficou inclusive marcado pelo aumento da probabilidade atribuída a uma recessão global em 2023 – embora, no final de janeiro deste ano, o FMI tenha vindo referir que essa recessão poderá ser evitada –, espoleteada pela redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação, e pelo impacto sobre a procura agregada do referido endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram fortes quedas em 2022, com o *S&P 500* a cair 19,4% no total do ano e a apresentar o pior 1.º semestre (-20,6%) desde mais de 50 anos (embora depois do forte crescimento de 26,9% em 2021, naquele que havia constituído o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999). O *Nasdaq* exibiu uma queda ainda maior (-33,1%, a maior queda desde 2008), ao passo que o *Dow Jones* desceu menos (8,8%). Na Europa, o *Eurostoxx 50* perdeu 11,7%, mas com o índice português *PSI* a conseguir valorizar 2,8%, em contraciclo com a generalidade das praças europeias (outra exceção foi o britânico *FTSE 100*: +0,9%), depois de já ter subido 13,7% em 2021, naquele que havia sido o melhor desempenho anual desde 2017. O índice *MSCI global* desceu 19,8%, afastando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As ***yields* da dívida pública de referência** subiram bastante nas principais economias, com maior intensidade nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas.

Na **Alemanha**, as *yields* a 2 anos aumentaram 338 pb, para 2,764% (+275 pb nos 10 anos, para 2,571%, regressando a terreno positivo), a maior subida desde, pelo menos, o início dos anos 90.

Nos **EUA**, as *yields* a 2 anos subiram 369 pb para 4,426% (nos 10 anos, +236 pb para 3,875%), o maior aumento desde, pelo menos, o início dos anos 80.

Os ***spreads* de crédito** apresentaram movimentos desfavoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de agravamentos também nos ***spreads* dos países periféricos da Zona Euro**, com a Itália – refletindo, igualmente, a instabilidade política observada e o tom cético dos mercados com os resultados das últimas eleições legislativas no país – a destacar-se pela negativa (+80 pb, para um *spread* de 214 pb), seguida da Grécia (+54 pb, para 205 pb) e de Portugal (+37 pb, para 102 pb), que terminou o ano de 2022 com um *spread* inferior ao de Espanha (+35 pb, para 109 pb).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as **taxas *Euribor*** apresentaram também marcadas subidas em 2022 (+270 pb nos 3 meses, +324 pb nos 6 meses e +379 pb nos 12 meses), o maior aumento num ano desde o início das séries históricas (em 1999), após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro). Assim, as taxas *Euribor* fecharam 2022 em terreno positivo em todos os prazos (2,132% nos 3 meses, 2,693% nos 6 meses e 3,291% nos 12 meses), o que não sucedia desde o início de 2015, atingindo níveis máximos desde finais de 2008 e inícios de 2009.

Os índices gerais de **matérias-primas** registaram, igualmente, fortes subidas, com o índice compósito *CRB Index* a avançar 19,5% e o *GSCI Index* 8,7%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 14,2%), num contexto de aumentos dos preços do *brent* e do WTI (*West Texas Intermediate*) de 10,5% e 6,7% (os preços do gás na Europa subiram 13,0% face ao fecho de 2021, após já terem aumentado 243% em 2021, embora fechando o ano de 2022 num nível 76% abaixo do máximo histórico de final de agosto), das agrícolas (fizeram máximos históricos no ano, em meados de maio), do gado e dos metais preciosos (apenas marginalmente), sendo, no entanto, penalizado pelos metais de base (mas que chegaram, no entanto, a fazer máximos históricos no ano, no início de março).

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2023

No *WEO* de 31 de janeiro, o FMI realçou que a condicionar a atividade económica no ano de 2022 estiveram a inflação, a guerra na Ucrânia e o ressurgimento da Covid-19 na China e que os dois primeiros fatores irão continuar a condicionar a atividade em 2023. As perspetivas de baixo crescimento em 2023 refletem também o aumento das taxas de juro dos bancos centrais para combater a inflação – especialmente nas economias avançadas –, bem como a guerra na Ucrânia. O FMI considera que o balanço dos riscos das previsões económicas continua inclinado para o lado descendente, mas os riscos adversos foram moderados desde o relatório de outubro. Sublinhou, igualmente, que o aperto de política monetária está a começar a arrefecer a procura agregada e a inflação, mas com o efeito pleno a dever concretizar-se apenas em 2024.

De facto, os efeitos da política monetária tendem a produzir-se com cerca de 9 meses de desfasamento, pelo que estaremos ainda no início desse período, sendo que nos últimos 60 anos os EUA nunca conseguiram um *soft landing* com inflação acima de 5%, taxa de desemprego abaixo de 5% e taxas de juro em alta.

O FMI admite que problemas de saúde pública na China relacionadas com a Covid-19 e uma eventual escalada da guerra na Ucrânia podem também atrasar a recuperação. O FMI acrescentou ainda que os mercados financeiros também podem reagir repentinamente a notícias adversas sobre a inflação, enquanto uma maior fragmentação geopolítica pode prejudicar o progresso económico.

A retirada dos estímulos monetários na Zona Euro – o agregado monetário M2 continua a crescer perto de 5%, enquanto nos EUA está já a cair – aumenta igualmente os riscos de fragmentação entre os diferentes mercados de dívida pública da Zona Euro, podendo conduzir ao alargamento dos *spreads*, agravando o problema de dívida pública dos países do sul da Europa.

O atual cenário de que as taxas de juro de referência nos EUA e na Zona Euro atinjam picos de 5% e 3,5%, com descida de taxas já no 2.º semestre do ano, pelo menos nos EUA, poderá também ser questionado (alguns investidores internacionais relevantes já o excluíram), se se reforçarem os efeitos de segunda ordem sobre a inflação, resultantes dos aumentos salariais e das margens de lucro das empresas, assim como a resiliência do mercado de trabalho (apesar dos recentes anúncios de despedimentos em grandes empresas dos EUA nos setores tecnológico e financeiro).

Tal contexto tenderá a pressionar os bancos centrais a prolongar o atual ciclo de subida de taxas de juro, levando as taxas diretoras para níveis superiores aos atualmente esperados pelos mercados e podendo gerar novas correções nos mercados de ações e obrigações, com potenciais impactos na estabilidade financeira.

Nesse contexto, poder-se-á observar um aumento do risco de crédito das empresas com maiores consumos energéticos e endividamento, assim como dos particulares com maior dívida e menores rendimentos, com potencial impacto no custo do risco dos bancos e nos *Non Performing Loans* (NPLs) (nos EUA, os níveis de incumprimento em cartões de crédito já duplicaram).

Do lado dos riscos positivos, o FMI aponta como plausíveis um impulso mais forte da procura reprimida em várias economias ou uma queda mais rápida da inflação.

Reforça-se que a incerteza é bastante elevada, pelo que as perspetivas de crescimento permanecem rodeadas de riscos descendentes (e as de inflação de riscos ascendentes), sendo naturalmente muito afetadas pela duração do conflito militar na Ucrânia e respetivo impacto nos mercados financeiros, sobretudo de *commodities*, assim como pelas reações de política económica, com destaque para a já referida normalização da política monetária observada ao longo de 2022 e que ainda se manterá em curso durante parte de 2023.

Fonte: *GEEF-Research Macroeconómico, Setorial e de Mercados Financeiros (Banco Montepio); Bloomberg*

O FUNDO DE PENSÕES

A carteira de ativos do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** encerrou o mês de dezembro de 2022 com o valor de **2.630.328,44€**. O ano terminou com um sentimento de mercado fortemente negativo, abalando a trajetória de recuperação iniciada em 2020, tendo-se observado comportamentos maioritariamente negativos durante todo o período e na generalidade das classes de ativos, consequência dos efeitos do conflito na Europa e da política de "Covid zero" encetada pela China, que colocaram ainda mais pressão sobre os preços da energia, ao que acresceu uma subida rápida e acentuada da inflação com as respetivas consequências.

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** desvalorizou em 2022 em linha com as *performances* negativas dos principais índices obrigacionistas. Assim, o Fundo obteve uma **rendibilidade nos últimos 12 meses**, medida pela variação da cotação das unidades de participação, de **-4,30%[2].**

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

O ano de 2022 não foi de todo positivo para os fundos de pensões nacionais, tendo registado uma queda de 11,6% nos ativos sob gestão das entidades nacionais. Este valor representa a maior queda dos últimos anos e apenas a segunda queda anual desde 2015.

O mercado dos Fundos de Pensões, de acordo com os dados estatísticos[3] da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ascendia em 2022 a um volume de ativos 21.315 €M, o que traduz o decréscimo de 11,6 % face ao final de 2021. O número de fundos de pensões em 31 de dezembro de 2022, não registou qualquer alteração face ao ano anterior, em consequência da extinção de dois fundos compensada pela constituição de outros dois.

---

[2] *Rendibilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, a UP final considerada para o final de 2021 foi a valorizada com as cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2021 e juros decorridos contados até 2 de janeiro de 2022 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP final considerada para o final de 2022 foi a valorizada com as cotações dos ativos de 30 de dezembro de 2022 e juros decorridos contados até 1 de janeiro de 2023 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).*

[3] Estatísticas provisórias ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA FUTURO

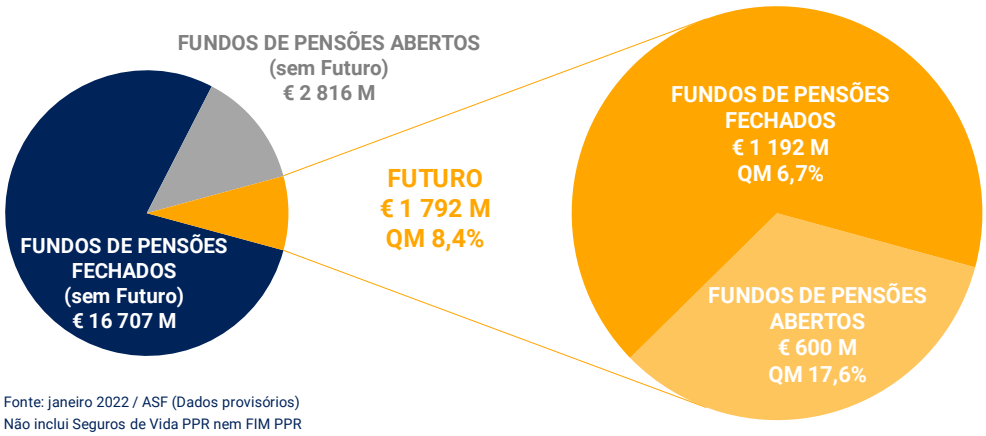
Não obstante a situação referida, durante o ano de 2022, a Futuro contou com a angariação de novos clientes, quer no segmento de clientes particulares, quer no segmento de empresas, situação que permitiu alcançar o final do ano com uma carteira de ativos sob gestão de 1.792 M€. Apesar deste valor representar uma descida face ao ano anterior, permitiu ainda assim consolidar a posição da Empresa no mercado, aumentando a sua quota de 8,1% para 8,4% e subindo um lugar no *ranking* de todas as gestoras de fundos de pensões, passando a ocupar a 5ª posição[4].

No *ranking* dos fundos de pensões, os 25 maiores fundos representam cerca de 84% do total dos montantes geridos, continuando a destacar-se os fundos de pensões do setor bancário. O Fundo de Pensões PPR 5 ESTRELAS, que continua a ser o maior fundo de pensões PPR do mercado, subiu duas posições face a 2021, ocupando agora o 16º lugar entre os 25 maiores fundos.

A Futuro, como membro da direção da associação representativa do setor, a APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, tem vindo a desempenhar um papel ativo e permanente na defesa dos interesses do setor e dos seus Clientes e mantém-se como uma das principais Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões do mercado Nacional, oferecendo um leque alargado de soluções no âmbito de Complementos de Reforma, destinado a Particulares e Empresas.

QUOTA DE MERCADO DA FUTURO

A quota de mercado da Futuro era de 8,4% no final de 2022



Fonte: janeiro 2022 / ASF (Dados provisórios)
Não inclui Seguros de Vida PPR nem FIM PPR

[4] Estatísticas provisórias ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, que esteve em vigor durante o ano de 2022, assenta em critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo, baseando-se em regras e procedimentos no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos Participantes e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido. A política de investimento tem ainda o objetivo de promover a maximização do retorno das aplicações, num quadro em que a estratégia seguida em matéria de afetação de ativos se encontra adequada ao nível de risco em que o Fundo se deve manter tendo em consideração o perfil de risco dos Participantes a que o mesmo se destina.

PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

Com as regras e restrições impostas pela política de investimento pretende-se promover a aquisição de ativos adequados e com liquidez suficiente que permitam gerar um fluxo de rendimentos constante e contribuir para o crescimento do Fundo, maximizando a rendibilidade e minimizando o risco.

O quadro abaixo resume as grandes linhas quanto às aplicações delineadas pela política de investimento seguida para o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** em matéria de afetação de ativos, incluindo os limites de exposição.

EM 2022

SEGMENTOS	31 dez 2021	31 mar 2022	30 jun 2022	30 set 2022	31 dez 2022	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS*
						Limites
Titulos de Rendimento Fixo	91,95%	89,90%	89,84%	81,00%	80,04%	60% - 100%
Investimentos Alternativos	-	-	-	-	-	0% - 20%
Líquidez	8,05%	10,10%	10,16%	19,00%	19,96%	0% - 20%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

* *De acordo com o Regulamento de Gestão do Fundo PPR BiG CONSERVADOR*

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão da carteira teve ainda em consideração os seguintes pontos, estabelecidos no regulamento de gestão no artigo referente à "Definição e Implementação da Política de Investimento":

a. O **Fundo** poder investir em participações de organismos de investimento imobiliário (OII), num **limite máximo de 20%**, de acordo com a restrição prevista para a componente de investimentos alternativos. **Não estar prevista a possibilidade de aquisição de terrenos ou de edifícios** para a carteira de ativos do **Fundo**.

b. O **limite de investimento em organismos de investimento alternativo** de índices que não façam uso do efeito de alavancagem ou os que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 50.º da Diretiva n.º 2009/65/CE de 13 de julho, alterada pelas Diretivas n.º 2010/78/EU de 24 de novembro, n.º 2011/61/EU de 8 de junho e n.º 2013/14/EU de 21 de maio, ser de **5%**.

Haver ainda a possibilidade de serem utilizados derivados, operações de reporte e empréstimos de valores, de acordo com a legislação em vigor e dentro dos limites legais com o objetivo de se proceder à cobertura do risco de investimento do Fundo e a uma adequada gestão do seu património.

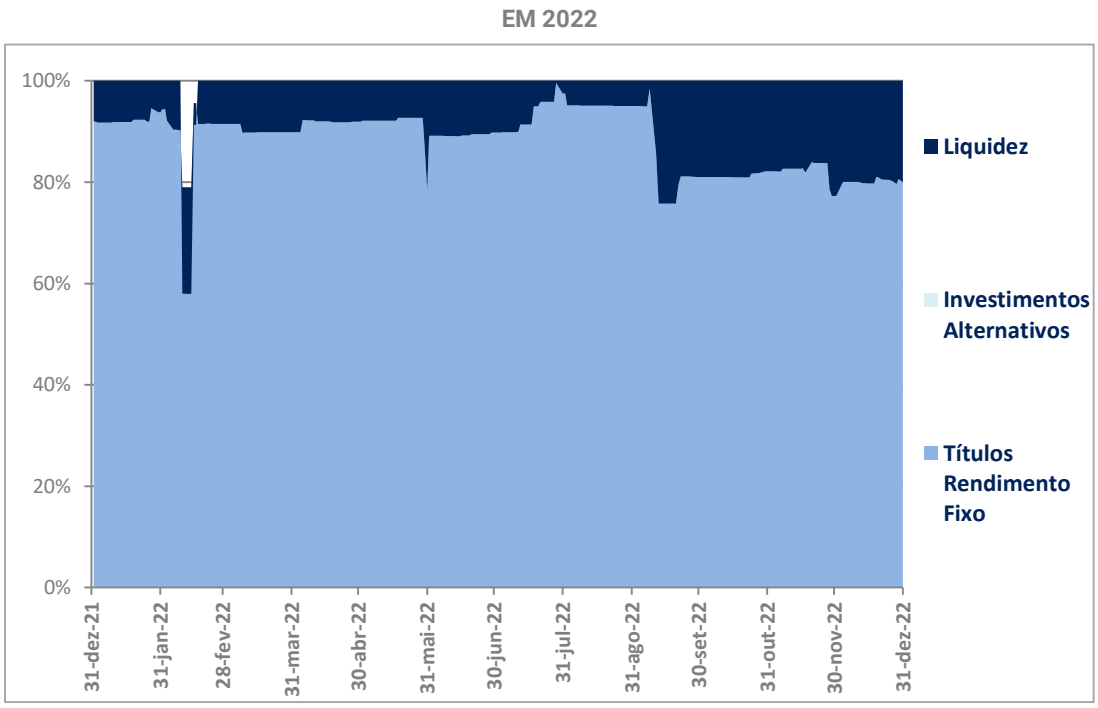
CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O permanente controlo da composição da carteira de ativos, mantido no decurso do ano de 2022, teve como principal objetivo assegurar a adequação da exposição do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** às regras e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais, bem como aos princípios gerais da política de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição da carteira de ativos do **Fundo de Pensões cumpria com a generalidade das restrições e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais,** bem como **com os princípios gerais da política de investimento**.

ESTRATÉGIA E ATUAÇÃO

EVOLUÇÃO DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS



MOVIMENTOS REALIZADOS NA CARTEIRA

A subida acentuada das métricas de inflação acabou por acelerar o processo de normalização das taxas de juro dos bancos centrais das economias desenvolvidas, impactando de forma negativa a classe de obrigações como um todo.

O despoletar do conflito entre Rússia e Ucrânia no primeiro trimestre do ano, amplificou os riscos de inflação, particularmente na componente de energia, cujo impacto foi sentido um pouco por toda a Europa.

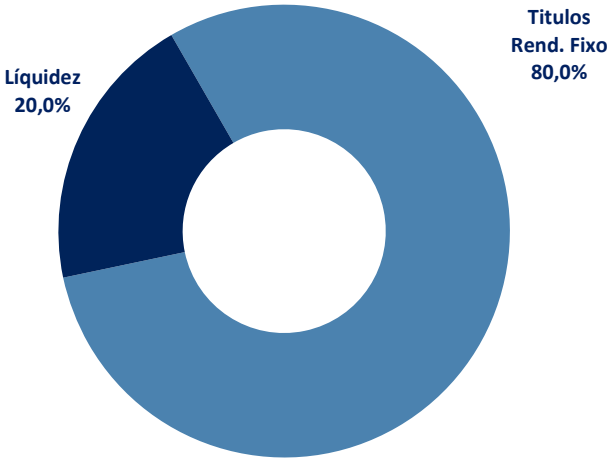
Ao longo do ano, após as taxas de juro de curto prazo voltarem a terreno positivo, aumentou-se alguma exposição no segmento de mercado monetário (via fundos de tesouraria e papel comercial). Manteve-se ainda a exposição em fundos de obrigações de curto prazo e fundos de obrigações de taxa variável com maturidades curtas.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

ESTRUTURA DA CARTEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Segmento	VALOR	%
Titulos de Rendimento Fixo	2 105 439,33 €	80,04%
Investimentos Alternativos	- €	0,00%
Líquidez	524 889,11 €	19,96%
TOTAL	**2 630 328,44 €**	**100,00%**



O investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é composto, maioritariamente, nas diferentes classes de ativos que não a Liquidez, por participações em Organismos de Investimento Coletivo (OIC),

RISCOS MATERIAIS

Considerando a política de investimento definida para o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, este encontra-se sujeito a diferentes fatores de risco relacionados quer com o investimento em ações, quer com os títulos de rendimento fixo, incorrendo designadamente no risco de variação do preço desses ativos, risco de crédito do emitente, risco de variação da taxa de juro ou risco de *spread*, associado à volatilidade dos *spreads* de crédito. Os ativos denominados em moeda estrangeira incorporam o risco originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro (risco cambial). A carteira incorre igualmente em riscos relacionados com exposição geográfica e sectorial.

Em relação à utilização de instrumentos derivados, a Futuro tem considerado não ser necessário recorrer a técnicas de cobertura de risco, designadamente mediante utilização de produtos derivados ou coberturas cambiais, adotando em alternativa uma diversificação de ativos que se considera ser adequada, sem necessidade de incorrer em custos com a utilização dos referidos instrumentos.

Para verificação do nível de risco incorrido em cada carteira, nomeadamente, o risco dos ativos que a compõem, a Futuro utiliza diversas medidas estatísticas e financeiras, como sejam, a *duration*, a monitorização das notações de *rating* das emissões de dívida em carteira, bem como a metodologia *VaR* (*Value at Risk), tracking error e informaton ratio*.

ANÁLISE VAR (*VALUE AT RISK*)

PPR BIG Conservador Em termos absolutos (€)	31-dez-22		31-dez-21	
Mark-to-Market (Total da Carteira)	2 630 328,44 €	%	6 264 543,78 €	%
VaR Global (1 ano)	194 077,02 €	7,38%	558 126,83 €	8,91%
VaR Mercado	125 767,80 €	4,78%	94 118,97 €	1,50%
Risco Taxa de Juro	7 277,38 €	0,28%	775,78 €	0,01%
Risco de Variação de Preços com Ações	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco Imobiliário	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Spread	14 198,23 €	0,54%	38 489,94 €	0,61%
Risco Cambial	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Concentração	124 336,90 €	4,73%	85 711,40 €	1,37%
VaR Crédito	119 677,02 €	4,55%	527 107,00 €	8,41%

Nota:

Define-se como base para esta metodologia, a perda potencial máxima do Fundo, considerando-se no seu cálculo um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano.

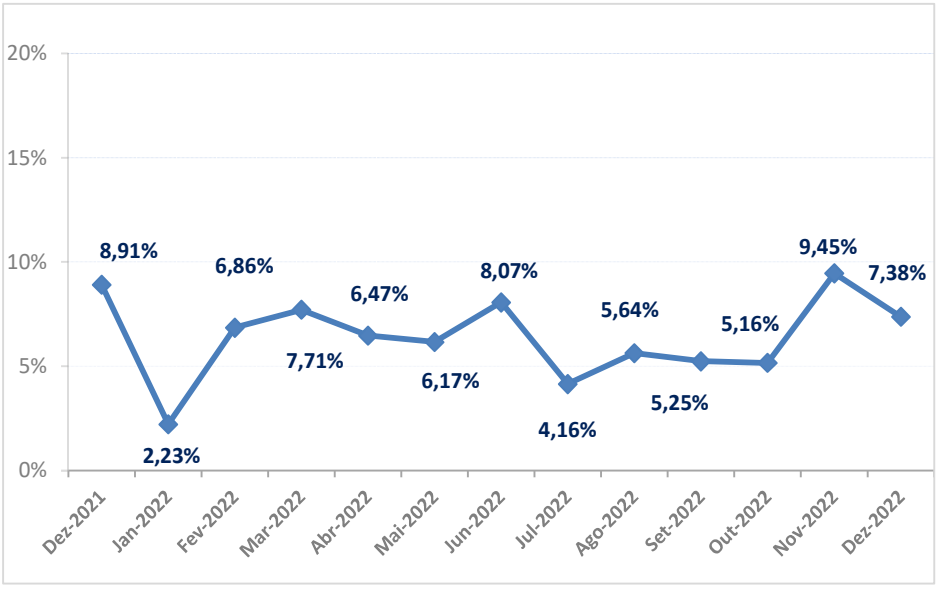
No VaR de Crédito apenas se analisa o risco creditício das entidades onde se encontram os depósitos, dado que o risco de crédito das emissões de dívida é analisado no Risco de Spread.

O valor do *VaR* Global a 1 ano do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, no final do ano de 2022, era de 194.077,22€, correspondendo a 7,38% do valor do Fundo. Em relação a dezembro de 2021, o *VaR* Global a 1 ano reduziu-se de 8,91%.

O *VaR de Mercado* da carteira, que avalia o *Risco de Taxa de Juro*, o *Risco de Variação de Preços com Ações*, o *Risco com Imobiliário*, o *Risco de Spread*, o *Risco Cambial* e o *Risco de Concentração*, aumentou sobretudo devido à componente "*Risco de Concentração*". O *VaR* de Crédito da carteira diminuiu, passando de 8,41% em 2021, para 4,55% em dezembro de 2022, em virtude de uma menor exposição em liquidez.

EVOLUÇÃO VALUE AT RISK

YTD 2022



OUTRAS MEDIDAS DE RISCO

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Medidas de Risco	*Excess Return*	*Sharpe Ratio*
Últimos 12 meses	96,16%	-2,60
Últimos 3 Anos	99,06%	-0,40

Nota:

O índice Sharpe Ratio é calculado utilizando como taxa de juro sem risco a taxa de dívida pública alemã a 10 anos.

SUSTENTABILIDADE

O Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (geralmente designado "*Sustainable Finance Disclosure Regulation*" – "SFDR"), veio estabelecer regras de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado financeiro, relativamente a matérias sobre sustentabilidade dos produtos e serviços financeiros por estes produzidos e comercializados.

Em conformidade com o disposto no Artigo 7.º do Regulamento (UE) 2020/852 "Os investimentos subjacentes aos OIC que constituem **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental."

A incorporação de fatores ambientais, sociais e de governação nos mecanismos de análise e seleção de estratégias é uma prática incorporada na filosofia de investimento e que deverá ser progressivamente considerada como um pilar de gestão e seleção de ativos que compõem a carteira. A estratégia de gestão implementada pretende assegurar que no processo de seleção de investimentos se agreguem critérios financeiros tradicionais a aspetos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ESG) tentando promover a sustentabilidade do mercado, no médio/longo prazo. Na seleção das estratégias de investimento que compõem a alocação da carteira é avaliado o uso de informação ESG para gerar valor acrescentado e atenta-se aos processos de integração de fatores ESG e às práticas na utilização das posições detidas (voto e compromisso) no seu processo de investimento e processo de tomada de decisão. Considera-se que os fatores ESG são integrados pelos gestores no processo de investimento pelo facto de poderem ter impacto na receita, custos operacionais, vantagem competitiva e custos de capital."

FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

AQUISIÇÃO DO CREDIT SUISSE PELO UBS

A crise que eclodiu no setor bancário regional norte-americano com a insolvência do *Silicon Valley Bank* e do *Signature Bank* não representaram risco direto de contágio, mas acabaram por afetar a confiança do setor da banca em geral. As repercussões chegaram rapidamente ao outro lado do Atlântico e, em poucos dias, a turbulência da sucessão de notícias sobre o *Credit Suisse* levou a Autoridade de Supervisão do Mercado Financeiro Suíço (FINMA) e o Banco Nacional Suíço (SNB) a virem a público para assegurar que "o *Credit Suisse* cumpre os requisitos regulamentares de capital e liquidez impostos a bancos de importância sistémica" referindo ainda algo muito importante: "se for necessário, o SNB proporcionará liquidez ao *Credit Suisse*".

Com as atenções voltadas para a banca, o suíço *Credit Suisse*, que tem enfrentado problemas internos nos últimos anos, anunciou que detetou fraquezas materiais nos seus relatórios financeiros devido a controlos internos ineficazes. Depois da forte desvalorização das suas ações, na sequência de declarações de um dos seus maiores acionistas, o SNB emitiu um comunicado, garantindo que o banco cumpria os requisitos de capital e liquidez impostos a bancos de importância sistémica e disponibilizando-se para fornecer a liquidez necessária, tendo o *Credit Suisse* anunciado que iria pedir ao banco central suíço um empréstimo de até 50 mil milhões de francos.

Apesar das garantias referidas, durante o fim de semana de 18 e 19 de março, chegou-se a um acordo para a aquisição do *Credit Suisse* pelo *UBS*, por três mil milhões de francos suíços, com as negociações a terem envolvido, para além dos dois bancos, o governo suíço e o SNB, tendo o último disponibilizado uma linha de liquidez, até ao limite de 100 mil milhões de francos suíços, à nova instituição formada pelo *Credit Suisse* e *UBS*, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro.

AS CARTEIRAS DOS FUNDOS DE PENSÕES

As carteiras dos Fundos de Pensões sob gestão da Futuro não têm qualquer exposição acionista direta ao *Credit Suisse*, desde há meses, existindo atualmente uma exposição em títulos de dívida muito reduzida (inferior a 0,3%), que já havia sido reduzida sem ocorrência de perda de valor antes deste evento. Não existe qualquer exposição, relativamente ao Grupo *Credit Suisse*, a obrigações do tipo *senior unsecured bail*-in e *AT1*.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

POSIÇÃO FINANCEIRA

Fundo PPR BIG CONSERVADOR
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

ATIVO	Notas	31/dez/2022	31/dez/2021
INVESTIMENTOS			
Terrenos e edifícios		- €	- €
Instrumentos de capital e unidades de participação		2 162 863,48 €	5 556 268,10 €
Títulos de dívida pública		- €	- €
Outros títulos de dívida		299 205,00 €	201 908,00 €
Empréstimos concedidos		- €	- €
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI		199 444,41 €	878 435,50 €
Outras Aplicações		- €	- €
	6	**2 661 512,89 €**	**6 636 611,60 €**
OUTROS ATIVOS			
Devedores			
Entidade gestora		- €	- €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Depositários		- €	- €
Associados		- €	- €
Participantes e beneficiários		- €	- €
Outras entidades	7	- €	- €
		- €	**- €**
Acréscimos e diferimentos	8	**2 047,44 €**	**1 969,26 €**
Total do Ativo		**2 663 560,33 €**	**6 638 580,86 €**

PASSIVO		31/dez/2022	31/dez/2021
Credores			
Entidade gestora		2 771,95 €	25 129,84 €
Estado e outros entes públicos		45,00 €	2 578,19 €
Depositários		- €	- €
Associados		- €	- €
Participantes e beneficiários		- €	- €
Outras entidades	7	30 414,94 €	346 329,05 €
		33 231,89 €	**374 037,08 €**
Acréscimos e diferimentos	8	**- €**	**- €**
Total do Passivo		**33 231,89 €**	**374 037,08 €**
VALOR DO FUNDO		**2 630 328,44 €**	**6 264 543,78 €**
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO		**9,5549 €**	**9,9840 €**

O Contabilista Certificado

23 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo PPR BIG CONSERVADOR
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	31/dez/2022	31/dez/2021
Contribuições	1	250 049,47 €	4 408 424,61 €
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	2	3 703 895,04 €	1 896 780,26 €
Ganhos líquidos dos investimentos	3	- 169 379,74 €	- 36 599,54 €
Rendimentos líquidos dos investimentos	4	6 163,36 €	712,17 €
Outros rendimentos e ganhos	4	- €	- €
Outras despesas	5	17 153,39 €	29 673,59 €
Resultado líquido		**- 3 634 215,34 €**	**2 446 083,39 €**

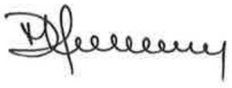
O Contabilista Certificado

23 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fundo PPR BIG CONSERVADOR
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	31/dez/2022	31/dez/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Contribuições:		
Associados	- €	- €
Participantes	174 048,94 €	4 215 381,93 €
Beneficiários	- €	- €
Transferências:		
De fundos de pensões	76 000,53 €	193 042,68 €
Capitais vencidos:		
Remições	- €	- €
Vencimentos	19 002,15 €	86 723,59 €
Transferências:		
Para fundos de pensões	3 281 619,78 €	896 107,73 €
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	403 273,11 €	913 948,94 €
Devolução por excesso de financiamento	- €	- €
Remunerações:		
De gestão	36 701,90 €	3 832,06 €
De depósito e guarda de ativos	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	- €	- €
Outras despesas	6 759,39 €	1 772,52 €
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**- 3 497 306,86 €**	**2 506 039,77 €**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
RECEBIMENTOS:		
Alienação / reembolso dos investimentos	4 411 142,99 €	3 281 125,98 €
Rendimentos dos investimentos	6 085,18 €	178,13 €
PAGAMENTOS:		
Aquisição de investimentos	1 591 487,64 €	5 297 274,06 €
Comissões de transação e mediação	7 424,76 €	13 382,27 €
Outros gastos com investimentos	- €	1 410,00 €
Fluxo Líquido das Atividades de Investimento	**2 818 315,77 €**	**- 2 030 762,22 €**
Variações de caixa e seus equivalentes	**- 678 991,09 €**	**475 277,55 €**
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	**- €**	**- €**
Disponibilidades no início do período	**878 435,50 €**	**403 157,95 €**
Disponibilidades no fim do período	**199 444,41 €**	**878 435,50 €**



O Contabilista Certificado

23 de março de 2023

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é um fundo de pensões aberto e apenas permite adesões individuais. Tem um património autónomo, tendo como objetivo conceder pensões de reforma aos participantes, podendo ainda conceder reembolsos antecipados. Foi autorizado em 21 de setembro de 2017 e a sua comercialização teve início em 30 de janeiro de 2018.

A sua carteira poderá ser constituída por títulos de rendimento fixo com maturidades entre 1 e 3 anos, investimentos alternativos e por depósitos em instituições de crédito. O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é gerido pela Futuro, SA.

As demonstrações financeiras do fundo reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o disposto regulamentar nº 7/2010 - R de 4 de junho, o qual atende aos princípios gerais estabelecidos na International Accounting Standard (IAS) 1, nomeadamente os de apresentação apropriada, continuidade, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O **Fundo de Pensões** tem o registo dos rendimentos e das despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício pelo qual os rendimentos e as despesas são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos ou despesas são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

CONTRIBUIÇÕES

As contribuições efetuadas para o **Fundo** são reconhecidas quando recebidas.

REEMBOLSOS PAGOS

As pensões e reembolsos são reconhecidas no momento em que são devidas, sendo este momento, em regra, o mesmo em que ocorre o seu pagamento.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O critério de valorização dos ativos é o seguinte:

Instrumentos de Dívida

a. Valores Mobiliários Cotados

Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores.

b. Valores Mobiliários não Cotados

Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como a *Bloomberg* ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora.

c. Ativos a deter até à Maturidade

Baseia-se no respetivo valor de reembolso e na respetiva taxa efetiva de capitalização (nas situações de manutenção dos títulos até à maturidade).

d. Momento de Referência

O momento de referência para as colocações disponibilizadas pelas Bolsas é as 17h00 do dia da valorização.

Instrumentos de Capital

Na valorização dos instrumentos de capital é utilizado o preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

COMISSÕES

COMISSÕES DE GESTÃO

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** pela gestão financeira, técnica e administrativa do **Fundo**. O cálculo da comissão resulta da aplicação da percentagem definida no Regulamento de Gestão sobre o valor do **Fundo** apurado diariamente.

COMISSÕES DE BANCO DEPOSITÁRIO

Neste Fundo não há lugar ao pagamento de comissão de banco depositário.

REGIME FISCAL

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis são isentos de:

i. IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos fundos de pensões e equiparáveis e,
ii. Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

De acordo com o artigo 88º do Código do IRC, alínea 11, os lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total são tributados à taxa de 23% se as ações a que correspondem os lucros não tenham permanecido em carteira, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação do dividendo e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

TRANSAÇÕES COM ASSOCIADO

N/A

NOTA 1 - CONTRIBUIÇÕES

	31/dez/2022	31/dez/2021
Contribuições		
Associados	- €	- €
Participantes	174 048,94 €	4 215 381,93 €
Beneficiários	- €	- €
Transfª de outros fundos pensões/seguros	76 000,53 €	193 042,68 €
Total Contribuições	**250 049,47 €**	**4 408 424,61 €**

Na rubrica Contribuições vemos a respetiva desagregação por tipo de contribuição efetuada no ano de 2022, verificando-se um decréscimo substancial no total das entradas no fundo, suportado por uma descida acentuada tanto nas entradas dos participantes como nas transferências de outros fundos de pensões/seguros, relativamente ao ano anterior.

NOTA 2 - BENEFÍCIOS PAGOS

	31/dez/2022	31/dez/2021
Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos		
Reembolsos	422 275,26 €	1 000 672,53 €
Encargos inerentes ao pagamento pensões	- €	- €
Transfª para outros fundos pensões/seguros	3 281 619,78 €	896 107,73 €
Total Pensões	**3 703 895,04 €**	**1 896 780,26 €**

Nestas rubricas, no total de 3.703.895,04€, está refletida a respetiva desagregação por tipo de benefício pago no ano de 2022, onde podemos observar um acréscimo substancial nas transferências para outros fundos relativamente ao ano anterior.

NOTA 3 - GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

	31/dez/2022	31/dez/2021
Ganhos Líquidos dos Investimentos		
Instrumentos de capital e unidades de participação	- 167 471,74 €	- 36 192,42 €
Títulos de dívida pública	- €	- €
Outros títulos de dívida	- 1 908,00 €	- 407,12 €
Outras Aplicações	- €	- €
Total ganhos / perdas	**- 169 379,74 €**	**- 36 599,54 €**

O resultado das aplicações efetuadas no ano de 2022 foi negativo em 169.379,74€, com perdas em todos os segmentos, resultantes da variação dos mercados verificada durante o ano. Este resultado foi negativamente superior ao apresentado no ano anterior.

NOTA 4 - RENDIMENTOS

	31/dez/2022	31/dez/2021
Rendimentos		
Instrumentos de capital e unidades de participação	1 060,69 €	- €
Títulos de dívida pública	- €	- €
Outros títulos de dívida	4 784,08 €	496,11 €
Depósitos em instituições de crédito	318,59 €	216,06 €
Total Rendimentos Líquidos	**6 163,36 €**	**712,17 €**
Outras receitas	- €	- €
Total Rendimentos	**6 163,36 €**	**712,17 €**

O total de 6.163,36€ reflete os valores efetivamente recebidos e por receber à data de 31 de dezembro pelo **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** relativamente aos vários rendimentos obtidos nas aplicações efetuadas em ações, unidades de participação, obrigações e em depósitos.

NOTA 5 – OUTRAS DESPESAS

	31/dez/2022	31/dez/2021
Comissões de gestão fixa	14 344,01 €	25 129,84 €
Comissões de gestão variável	- €	- €
Comissões de custódia	- €	- €
Despesas bancárias	453,10 €	- €
Taxa A.S.F.	83,54 €	2 023,38 €
Impostos	573,74 €	1 004,97 €
Custos de auditoria	1 699,00 €	1 330,00 €
Despesas com imóveis	- €	- €
Outras despesas	- €	185,40 €
Total Despesas	**17 153,39 €**	**29 673,59 €**

Neste quadro podemos observar a distribuição dos Custos/Despesas pelas diferentes rubricas do Balancete, sendo visível um decréscimo relativamente ao apresentado no ano anterior, suportado maioritariamente pelo montante de comissões de gestão cobrado em 2022.

A discrepância de valores apresentada nas rubricas Despesas bancárias e Outras despesas teve origem na necessidade de separação das rubricas em termos de Plano de Contas.

NOTA 6 - INVENTÁRIO

Descrição	Moeda	ISIN	Quantidade/ Montante	Valor Custo	Valor Mercado	Juro	Total Carteira
NORDEA1 LOWDUR EURCB	EUR	LU1694214633	5 160,00	531 753,61	527 324,03	0,00	527 324,03
AMUNDI CRT 1-3 EUR-P	EUR	FR0010721407	2 334,00	302 797,92	293 757,24	0,00	293 757,24
DEUT INV I SH-DUR NC	EUR	LU0236146006	2 385,00	288 816,01	266 881,50	0,00	266 881,50
BGF SHORTDUR BONDEE2	EUR	LU0093504115	20 200,00	282 908,43	266 640,00	0,00	266 640,00
LYX 1-3Y IT BTP GV	EUR	LU1598691050	1 453,00	147 508,71	145 023,93	0,00	145 023,93
DWS USD FLT RATE NTS	EUR	LU0034353002	3 263,00	272 483,06	270 143,77	0,00	270 143,77
NATIX-LSSTERKTBHI/A€	EUR	LU0980584436	1 397,00	148 766,53	133 762,75	0,00	133 762,75
Natixis Invest.ManIn	EUR	FR0007075122	21,00	258 844,08	259 330,26	0,00	259 330,26
Instrumentos de capital e unidades de participação				**2 233 878,35 €**	**2 162 863,48 €**	**- €**	**2 162 863,48 €**
COLEPP 2.35%08/08/24	EUR	PTCOPBOM0000	200 000,00	201 908,00	200 000,00	1 906,11	201 906,11
J. Mello SA 16/03/23	EUR	PTJ274JM0065			99 205,00	141,33	99 346,33
Instrumentos de capital e unidades de participação				**201 908,00 €**	**299 205,00 €**	**2 047,44 €**	**301 252,44 €**
DEPOSITOS ORDEM	EUR				199 444,41		199 444,41
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI					**199 444,41 €**	**- €**	**199 444,41 €**

NOTA 7 – OUTRAS ENTIDADES

Nesta rubrica encontram-se os valores referentes a transações a liquidar em janeiro de 2023, no montante de 30.414,94€ no Passivo (compras, Imposto de Selo e Custos com Auditoria).

NOTA 8 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Na rubrica de Acréscimos e diferimentos, no Ativo os valores dizem respeito a juros decorridos, no montante de 2.047,44€.

GESTÃO DE RISCO

EXPOSIÇÃO E ORIGEM DOS RISCOS

Como resultado da política de investimento adotada, o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** está exposto a diversos tipos de risco, que refletem o risco implícito dos ativos que constituem a carteira do Fundo:

RISCO DE MERCADO

Reflete diferentes fatores de risco relacionados com o investimento em ações, onde a variação dos preços dos ativos é normalmente mais acentuada (sensibilidade da carteira a variações no mercado de ações). Igual condição está subjacente ao preço dos imóveis/imobiliário, embora a variação de preços destes não seja tão volátil. A classe de ativos de taxa de juro também é outro dos focos de risco, resultado das flutuações das taxas de juro ou dos *spreads* de créditos bem como pelo risco de crédito associado ao emitente. O investimento em ativos em moeda estrangeira incorpora o denominado risco cambial, originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro. Por fim, o conjunto dos investimentos efetuados poderá potenciar o risco de concentração aos mais diversos níveis, como por exemplo por contraparte ou por nível de *rating*.

RISCO DE CRÉDITO

Conforme definido pela Norma Regulamentar n.º 8/2009-R, da ASF, trata-se do "risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o Fundo está exposto, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, participantes e resseguradores que com ele se relacionam". No âmbito do modelo da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), a aplicabilidade deste risco está relacionada com as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e com os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread* (ex: *sponsor support*, seguros, titularizações, derivados e depósitos bancários).

Pelo efeito das alterações aos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, o risco de crédito está implicitamente associado ao risco de *spread*, já que se trata do prémio de risco adicional que o mercado exige ao emitente face a outro ativo sem risco, para assumir a exposição de crédito, sob o risco de o emitente não apresentar capacidade financeira para cumprir com as suas responsabilidades.

RISCO DE LIQUIDEZ

Entendido como a capacidade de tornar líquida em mercado, a posição detida em ativos, com a maior rapidez e com menor impacto possível, ao nível dos resultados realizados, face ao que seria expectável mantendo as posições em carteira, e de modo a gerar liquidez suficiente e necessária face às responsabilidades assumidas para com os beneficiários à medida que se vençam. Consequência da política de investimento adotada existe o risco de haver uma eventual dificuldade na venda de alguns dos ativos do Fundo. A entidade gestora procura gerir da melhor forma o seu portfólio para que não haja escassez de liquidez.

OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS

A integração das políticas e estratégias do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno passou pela adoção de uma política específica que consiste em manter uma cultura de orientação para o risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da Futuro e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecendo os princípios que norteiam a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Considerando as disposições delineadas na política de investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** relativas à exposição aos diversos riscos e às diferentes disposições legais é monitorizado diariamente o controlo desses limites, através da emissão de um relatório "limites legais e investimentos excedidos". O relatório é então analisado detalhadamente para que se decida se há motivos para atuar face aos limites excedidos.

Posteriormente, a gestão de risco monitoriza o efeito das medidas adotadas e o seu impacto na política de investimento. Simultaneamente são também monitorizados os níveis de exposição aos limites legais e prudenciais que regulamentam o Fundo.

Para além da verificação do cumprimento da política de investimento e dos limites legais e prudenciais, a Futuro efetua o controlo e a monitorização do fundo recorrendo a diversas medidas de risco e a um conjunto de procedimentos internos que visam manter a gestão sã e prudente do risco.

O modelo de Gestão de Risco utilizado é fundamentado na perspetiva técnica dos estudos "QIS Fundos de Pensões" da EIOPA. O desenvolvimento de indicadores de tolerância para este modelo permite monitorizar as variações desses indicadores, de acordo com a política de investimento definida para o Fundo.

A monitorização do risco de mercado assenta no cálculo do *VaR*, com um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano. Dado o *VaR* não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *stress tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira. A avaliação do nível de liquidez da componente acionista e obrigacionista do Fundo é feita através de um *liquidity test*. No caso das ações, esta análise é feita em número de dias para liquidar, tendo em conta os ativos em carteira. Este teste consiste na verificação do grau de liquidez do segmento acionista, avaliando quantos dias são necessários para a sua liquidação no mercado, tendo em conta os custos associados a essas transações e o volume médio histórico das transações nos diversos mercados. Complementarmente, no segmento obrigacionista é feito o cálculo dos recebimentos (*cash-flows* positivos) decorrentes dos pagamentos de cupões (juros) de obrigações e amortizações ou eventuais exercícios de *Call*, para o período de um ano. O conjunto destes testes permitem avaliar o grau de liquidez a curto prazo e monitorizar ou atuar perante a possível escassez de liquidez atempadamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE, MÉTODOS E PRESSUPOSTOS USADOS

RISCO GLOBAL

No final de 2022, o ***VaR* Global a 1 ano** do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** era de **194.077,02€**. Considerando o risco dos investimentos subjacentes e as respetivas correlações, esta medida permite ter 99,5% de confiança de que a variação do valor do Fundo ao longo de um ano não resultará numa

perda superior àquele montante. Ou seja, existe 0,5% de probabilidade de que o Fundo possa desvalorizar mais do que 7,38% no período de um ano.

Value-at-Risk	Valor	%	Total Ativos em análise
Mark-to-Market (Total da Carteira)	2.630.328,44 €		
Risco Global	194.077,02 €	7,38%	
Risco de Mercado	125.767,80 €	4,78%	
Risco Taxa de Juro	7.277,38 €	0,28%	201.906,11 €
Risco de Variação de Preços com Ações	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco Imobiliário	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Spread	14.198,23 €	0,54%	201.906,11 €
Risco Cambial	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Concentração	124.336,90 €	4,73%	2.105.439,33 €
Risco com Produtos Derivados	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Crédito	119.677,02 €	4,55%	199.444,41 €

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado resulta do nível de volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. A exposição ao risco é medida através da aplicação de choques aos preços das ações, taxas de juro, preços de imobiliário e taxas de câmbio.

As perdas potenciais dos sub-riscos correlacionados e que correspondem ao total do ***VaR de Mercado*** no final do ano eram de **125.767,80€**.

RISCO DE TAXA DE JURO

Este risco é medido através da aplicação de choques de subida e descida da taxa de juro ao longo da Estrutura Temporal de Taxa de Juro (ETTJ) e consequente impacto no ativo/passivo do Fundo.

A ETTJ é disponibilizada pela EIOPA mensalmente e corresponde à média das *risk free yields curves* de cada país da União Europeia (moeda euro) e da *risk free yield* dos Estados Unidos para o dólar. A aplicação destes choques varia consoante a maturidade dos ativos e a sua duração.

Risco Taxa de Juro			7.277,38 €	0,28%
Obrigações	**Soma Valor Mercado SMV_i**	**Média ponderada *duration***	**Soma por *rating* de MV_i*dur_i**	**Capital necessário por *rating* $Risco_{txj}$**
AAA	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
AA+ a AA-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
A+ a A-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
BBB+ a BBB-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
BB+ a BB-	201.906,11 €	1,56	315.516,24 €	7.277,38 €
B+ a B-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
CCC+ a NR	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
Ativos em análise				201.906,11 €

Pressuposto:
Choque de subida e descida ao longo da Estrutura Temporal de Taxa de Juro (ETTJ) consoante a maturidade/duração.

No final do ano, o Risco de Taxa de Juro era de 7.277,38€/ano, o que atesta a baixa sensibilidade a variações ocorridas.

RISCO DE VARIAÇÃO DE PREÇOS COM AÇÕES

Relaciona o risco das ações com a volatilidade dos mercados, utilizando índices de referência para verificar a sensibilidade da carteira a variações no mercado. O risco acionista foi associado a duas categorias:

i. Global – ações cotadas em mercados regulamentados de países membros Área Económica Europeia (EEA) ou da OCDE;
ii. Outros – ações cotadas em mercados regulamentados que não sejam membros da EEA ou da OCDE, ações não cotadas, *commodities* e investimentos alternativos;

Os fatores de stress a aplicar foram calibrados a partir dos dados históricos do MSCI *World Developed Price index* para as ações globais e de quatro índices representativos da categoria 2 (LPX50 *Total Return*, S&P GSCI TR, HFRX *Global Hedge Fund* e MSCI *Emerging Markets* BRIC), sendo os cenários de choque a aplicar para cada uma das categorias 41,8% e 51,8%, respetivamente.

Em dezembro o risco de variação de preços com ações era de 0,00€ para o período de um ano, pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

RISCO DE VARIAÇÃO DE PREÇOS COM IMOBILIÁRIO

O risco imobiliário está relacionado com o nível de volatilidade de preços dos imóveis. A aplicação de choques para os imóveis foi calibrado em 25%, que corresponde ao VaR a 99,5%, ou seja, simula-se o impacto imediato no valor de mercado dos ativos, tendo em conta as exposições diretas e indiretas.

A calibragem de 25% foi determinada pela EIOPA através da análise de dados históricos do índice *Investment Property Databank* (IPD), que agrega dados recolhidos de investidores institucionais, empresas imobiliárias e fundos de investimento.

A sensibilidade do fundo à variação de preços com imobiliário corresponde ao VaR de 0,00€ para o período de um ano, pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

RISCO DE CRÉDITO (*SPREAD*)

O risco de *spread* é explicado pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre a estrutura de taxa de juro sem risco, o que reflete as mudanças em valor para movimentações da curva de crédito relativamente à taxa de juro sem risco.

O impacto de subida dos *spreads* de crédito é resultado da aplicação de um fator definido em função da classe de *rating* do emitente do ativo e da sua duração.

Tal como no sub-módulo de risco de taxa de juro, a Futuro analisa o risco de *spread* para dois tipos de obrigações: taxa fixa e taxa indexada, sendo que neste modelo não é exigido qualquer requisito de capital à exposição a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Risco *Spread*	14.198,23 €	0,54%

Obrigações	Soma Valor Mercado SMV_i	Média ponderada *duration*	Soma por *rating* de MV_i*dur_i	*Capital necessário por rating* $Risco_{spr}$
AAA	0,00 €	-	0,00	0,00
AA+ a AA-	0,00 €	-	0,00	0,00
A+ a A-	0,00 €	-	0,00	0,00
BBB+ a BBB-	0,00 €	-	0,00	0,00
BB+ a BB-	201.906,11 €	1,56	315.516,24	14.198,23
B+ a B-	0,00 €	-	0,00	0,00
CCC+ a NR	0,00 €	-	0,00	0,00
Ativos em análise				201.906,11 €

Emissões Soberanas de Estados não membros-EEA (em moeda local)	Soma Valor Mercado SMV_i	Média ponderada *duration*	Soma por *rating* de MV_i*dur_i	*Capital necessário por rating* $Risco_{spr}$
AAA	0,00 €	-	0,00	0,00
AA+ a AA-	0,00 €	-	0,00	0,00
A+ a A-	0,00 €	-	0,00	0,00
BBB+ a BBB-	0,00 €	-	0,00	0,00
BB+ a BB-	0,00 €	-	0,00	0,00
B+ a B-	0,00 €	-	0,00	0,00
CCC+ a NR	0,00 €	-	0,00	0,00
Ativos em análise				0,00 €

Pressuposto:

Volatilidade dos spreads de crédito sobre a estrutura de taxa de juro sem risco.

Em dezembro o impacto do Risco de *Spread* seria de 14.198,23€ representando 0,54% do valor do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR.**

RISCO CAMBIAL

Considerando que o valor dos ativos expressos em moeda fora do euro pode alterar face a oscilações cambiais, o cálculo do VaR permite medir a valorização ou a desvalorização das várias moedas de investimento face à moeda de referência. Aplicando choques de valorização e desvalorização cambial (+25% e -25%), será possível calcular o VaR global do risco cambial. A calibragem destes choques foi efetuada com base nas taxas de câmbio face ao euro, de um cabaz composto por diferentes moedas, representativas de 6 economias em 16 cenários com diferentes exposições cambiais. Os dados históricos utilizados para a calibragem dos choques referem-se ao período de 1971-2009.

A perda máxima no horizonte temporal de um ano para a variação cambial em análise era de 0,00€, pois não existiam ativos em moeda não euro na carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O cálculo do risco de concentração é feito no âmbito da concentração por contraparte – Grupo Económico, atendendo a fatores como a qualidade creditícia da contraparte e aos limites de concentração por *rating*.

Os OIC's, na composição das suas carteiras, também contêm risco de concentração, assim, a análise destes é feita numa perspetiva *look-through*, desde que a exposição a esses OIC's individualmente ultrapassar os 3%.

A calibragem do risco de concentração foi efetuada, com o pressuposto de um portfólio de ativos médio de 20% em ações e 80% em obrigações. Nestas 25% serão sem risco (divida soberana com nível de *rating* AAA) e 75% as restantes. Os 20% em ações replicam a rendibilidade do índice Eurostoxx 50 (série históricas de preços no período de 1993-2009). Tal como no risco de *spread*, também neste sub-módulo se excluem as exposições a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Risco Concentração	124.336,90 €	4,73%

Risco Concentração	Exposição por Grupo Económico	$Risco^2_{conc}$
Standard	1	15.459.664.611
Solvência II sem *rating;* Instituições Financeiras e de Crédito	0	-
Obrigações com garantia	0	-
Imóveis	0	-
Gov. não membros EAA	0	-
Total	1	124.336,90 €
Ativos em análise		2.105.439,33 €

Pressuposto:

Choque nos ativos tendo em conta fatores como a qualidade creditícia da contraparte e os limites de concentração por rating.

A análise de sensibilidade considerando os parâmetros definidos, resulta numa perda de 124.336,90€.

RISCO DE CRÉDITO

Na vertente de risco de crédito são consideradas as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread*.

Os tipos de exposição considerados para este efeito estão divididos em dois tipos:

i. Exposições que não sendo diversificadas, a contraparte tem notação de crédito;
ii. Exposição que podendo habitualmente ser diversificadas, a contraparte não tem notação de crédito;

Tendo em conta estes pressupostos e face à carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, apenas foi tida em conta para esta análise, a posição em depósitos (ordem e a prazo), já que para as restantes exposições não há ativos em carteira.

Risco de Crédito		119.677,02 €	4,55%
Depósitos Bancários por Grupo Económico	**Notação *Rating***	**Soma Valor Mercado SMV**	**Loss Given Default LGD**	**Probability of default PD**
Banco BIG	NR	199.444,41 €	199.444,41 €	4,18%
Ativos em análise				199.444,41 €

No final do ano, as perdas potenciais com origem em inesperada deterioração ou entrada em *default* das contrapartes em análise, para o horizonte temporal de 12 meses é de 119.677,02€.

Complementarmente à análise de sensibilidade efetuada, é efetuada também a monitorização à componente obrigacionista da carteira. Assim a 31 de dezembro de 2022, o Fundo detém neste segmento 15,94% de ativos com *rating* igual ou inferior a BB+, considerando o investimento direto e indireto.

Através da verificação dos limites da política de investimento são monitorizados os limites de crédito por contraparte, assim como a notação média de *rating* da carteira, que se situava no final de 2022 no nível A-, considerando a escala *Standard & Poors*.

	dez-22	dez-21
Percentagem de títulos *rating* < = BB+	15,94%	20,44%
Notação média de *rating* da carteira *(Standard & Poors)*	A-	BBB+

RISCO DE LIQUIDEZ

Por forma a analisar a capacidade de conversão dos ativos em carteira em numerário, para fazer face a obrigações assumidas no momento do seu vencimento, ou para conseguir antes do seu vencimento, transacionar um determinado ativo a um preço razoável (ex. valor de mercado) são realizados testes às classes de ativos predominantes na carteira (ações e obrigações).

No segmento obrigacionista, representado em exclusivo por fundos de investimento mobiliários, a previsão de *cash-flows* positivos é efetuada numa abordagem *look-through*, que resulta de recebimentos de cupões e amortizações ou exercício de *calls* para o período de 1 ano é o seguinte:

Perfil de Risco de Liquidez - Segmento Obrigacionista - Previsão de Cash-Flow

Ano	Mês	Cupões	Amortizações	Total Cash-flows	Cash-flow Acumulados
2022	Dezembro	- €	- €	- €	- €
2023	Janeiro	11.395,42 €	125.262,80 €	136.658,23 €	136.658,23 €
	Fevereiro	10.326,43 €	84.701,33 €	95.027,75 €	231.685,98 €
	Março	9.644,87 €	91.114,23 €	100.759,10 €	332.445,08 €
	Abril	10.931,02 €	43.237,13 €	54.168,16 €	386.613,24 €
	Maio	9.095,53 €	57.570,91 €	66.666,44 €	453.279,68 €
	Junho	9.474,12 €	58.253,84 €	67.727,96 €	521.007,64 €
	Julho	10.037,30 €	96.379,88 €	106.417,18 €	627.424,82 €
	Agosto	7.098,57 €	27.540,55 €	34.639,12 €	662.063,94 €
	Setembro	10.907,16 €	91.210,60 €	102.117,76 €	764.181,70 €
	Outubro	10.002,55 €	84.690,69 €	94.693,24 €	858.874,94 €
	Novembro	8.548,27 €	68.188,71 €	76.736,98 €	935.611,92 €
	Dezembro	4.922,79 €	34.579,63 €	39.502,42 €	975.114,33 €

A exposição em obrigações, na carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é de 80,05% sendo que a exposição direta representa 7,68% e a exposição indireta 72,37%.

STRESS TESTS

O impacto de diversos cenários de *stress* no valor da carteira para o período temporal de um dia, apresenta os seguintes resultados:

Stress Test

Cinco melhores cenários	Impacto em valor	Impacto em %
Crise Financeira Russa (2008) - Guerra da Rússia com a Geórgia e consequente queda brusca do preço do petróleo, fez surgir um receio que houvesse uma recessão económica na região.	39.035,05 €	1,35
Subida Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês valorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo).	16.674,81 €	0,58
Queda do preço do Petróleo (Maio 2010) - Queda do preço do petróleo em 20% devido a preocupações sobre a forma como os países da Europa reduziriam os défices orçamentais, na sequência da crise Económica Europeia.	13.426,87 €	0,47
Crise da dívida Soberana & Downgrade (2011) - Crise da Divida Soberana que levou os EUA ao credit downgrade. Este stress test descreve um periodo de 17 dias, com inicio em 22 /07/2011 quando o mercado começou a reagir ao impasse do teto da divida. 08/08/2011 foi o primeiro dia útil após o anuncio do downgrade.	9.684,68 €	0,34
Desvalorização EUR vs. USD 10% - O efeito da desvalorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação.	5.107,46 €	0,18

Cinco piores cenários	Impacto em valor	Impacto em %
Falência da Lehman (2008) - Retornos(rendibilidades) históricos durante o mês seguinte à falência da Lehman Brothers em 2008.	-22.112,54 €	-0,77
Queda Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês desvalorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo).	-16.581,42 €	-0,58
Recuperação dos Mercados Acionistas Globais (2009) - Mercados Acionistas em recuperação após desvalorização de 2008.	-10.537,30 €	-0,37
Valorização EUR vs. USD 10% - O efeito da valorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação.	-4.937,20 €	-0,17
Choque Petrolífero na Líbia (Fevereiro 2011) - Início de Guerra Cívil na Líbia em 15 de fevereiro de 2011, provoca aumentos no preço do petróleo.	-4.711,70 €	-0,16

As projeções da análise de *stress tests* para os cenários anteriormente mencionados foram efetuadas através do sistema de informação *Bloomberg* com a carteira de investimentos do fundo de pensões em 31 de dezembro de 2022.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO NÃO EVIDENTES NOS PONTOS ANTERIORES

Não identificadas.

ALTERAÇÕES FACE AO PERÍODO ANTERIOR

Não houve factos relevantes a assinalar.

23 de março de 2023

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG Conservador** (adiante também designado por Fundo), gerido pela FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de ativo de 2 663 560 euros, um valor do Fundo de 2 630 328 euros e um resultado líquido negativo de 3 634 215 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG Conservador**, em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e

manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos

chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de maio de 2023

Pedro Manuel Aleixo Dias
(ROC nº 725, inscrito na CMVM sob o nº 20160361)
em representação de BDO & Associados – SROC

FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Rua do Carmo, 42, 6º | 1200-094 LISBOA

+(351) 210 416 005

geral@futuro-sa.pt

www.futuro-sa.pt

Capital Social € 2.566.800 | Registada na C. R. C. de Lisboa Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963.
Entidade autorizada, supervisionada e registada na ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 3805.